



**CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 3 DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
PENAMACOR NO DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2016.**

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental nº 2/2016 e Alteração às Grandes Opções do Plano nº 2/2016. -----
2. Adesão à Associação das Termas de Portugal. -----
3. Quotização - Rede de Judiarias de Portugal para o ano de 2016. -----
4. Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro da Empreitada “Casa da Memória da Medicina Sefardita António Ribeiro Sanches – Penamacor” – Proc. Nº MA – 10/2015. -----
5. Autorização para Celebração de Adicional ao Contrato de Empreitada “Requalificação do Largo do Município de Penamacor” – Proc. Nº NA – 20/2015. -----
6. Autorização para Celebração de Adicional ao Contrato de Empreitada “Execução de Fonte de Iluminação Decorativa e Requalificação da Iluminação Pública” – Proc. Nº MD – 21/2015. -----
7. Aprovação da Minuta de Protocolo de Cooperação entre Junior Achievement Portugal e Câmara Municipal de Penamacor. -----
8. Prestação de Serviços para Elaboração do Plano de Ação da Regeneração Urbana e Assistência Técnica – Parecer Prévio. -----
9. Prestação de Serviços para Elaboração do Projeto de Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor – Parecer Prévio. -----
10. Finanças Municipais. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 20 de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

**O Sr. Vereador Pedro Folgado** lamentou apenas ter tido conhecimento da Sessão Comemorativa do Novo Programa Geoparques Mundiais Unesco e dos 10 anos do Geopark Naturtejo no próprio dia, o que tornou impraticável a sua presença. -----

Referiu-se a uma questão recorrente, sobre as sobreiras existentes na Rua da Gateira na freguesia de Pedrógão de São Pedro que ainda continuam a aguardar intervenção. -----

**O Sr. Vereador Vítor Gabriel** referiu que lhe têm sido reportadas situações deficitárias na recolha do lixo na freguesia de Salvador. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

**O Sr. Presidente António Soares** relativamente ao convite para a sessão comemorativa, lamentou a falha ocorrida. Em relação à questão das sobreiras na Rua da Gateira na freguesia de Pedrógão de São Pedro e à recolha do lixo na freguesia de Salvador disse que tomaria em nota essas situações. -----

O Senhor Presidente nos termos do disposto nas alíneas a), b) e c) do nº 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, entregou aos senhores vereadores declaração da Câmara Municipal de Penamacor e respetivos anexos, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

#### **1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 2/2016 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 2/2016. -----**

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 4 de fevereiro de 2016, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----  
Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

#### **2 – ADESÃO À ASSOCIAÇÃO DAS TERMAS DE PORTUGAL. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Associação das Termas de Portugal é uma associação sem fins lucrativos, constituída por empresas ou instituições que se dediquem à exploração de



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

balneários termais. A Associação tem por fim o estudo dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, competindo-lhe para tanto promover e praticar tudo quanto possa contribuir para o respetivo progresso técnico, económico ou social. -----

Atento o objeto da Associação e o facto de o Município de Penamacor ser a entidade exploradora das Termas da Fonte Santa na localidade de Águas, assiste-lhe legitimidade para, ao abrigo do nº 1 do artigo 5º dos Estatutos, cuja cópia se anexa à presente proposta, solicitar a sua admissão como associado.

A participação do Município de Penamacor numa associação desta natureza reveste-se de relevante interesse público local, na medida em que se prende com a estratégia que o Executivo tem para o Município, vertida no Plano Estratégico "Estratégia 25", que contempla a requalificação das Termas da Fonte Santa. Considerando que o Portugal 2020 assenta em Estratégias de Eficiência Coletiva, integradas em rede, a adesão à Associação é imprescindível na obtenção de fundos comunitários. -----

Assim, -----

Considerando as atribuições dos municípios em matéria de promoção do desenvolvimento, com enquadramento na alínea m), do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando que à participação dos municípios em associações de direito privado é aplicável o regime previsto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, como resulta do nº 3 do artigo 1º do mesmo diploma; -----

Considerando, ainda, que nos termos do disposto no nº 1 do artigo 53º, por remissão do nº 3 do artigo 56º, ambos da Lei nº 52/2012, de 31 de agosto em conjugação com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º e a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre a participação municipal em associações de direito privado, -----

PROPONHO à Câmara Municipal que delibere: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

1 – Propor à Assembleia Municipal que autorize a adesão do Município de Penamacor, em conformidade com os respetivos estatutos e a lei vigente, à Associação das Termas de Portugal. -----

2 – Propor ao órgão deliberativo a aceitação, integral e sem reservas, dos Estatutos da Associação das Termas de Portugal, que se anexam à presente proposta, dela fazendo parte integrante. -----

3 – Autorizar a realização da despesa com o pagamento da joia de inscrição no valor de € 600,00 (seiscentos euros) e quotas anuais, no valor de € 1.200,00 (mil e duzentos euros) em conformidade com os montantes que resultam dos documentos em anexo, anexando-se, ainda, os documentos comprovativos do cabimento das despesas. -----

4 – Remeter o processo para efeitos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, conforme o nº 2 do artigo 56º da Lei nº 52/2012, de 31 de agosto. -----

A adesão à Associação das Termas de Portugal e os pagamentos que daí resultem apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei 22/2015, de 17 de março após emissão do compromisso respetivo”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **3 – QUOTIZAÇÃO – REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL PARA O ANO DE 2016. -----**

O senhor presidente da câmara referiu que no artigo 25º dos estatutos da rede de Judiarias de Portugal é estabelecido que os associados participam nas despesas da associação mediante o pagamento de uma quota regular fixada no valor de 1.500,00 euros anuais. Propôs que se delibere a aprovação deste pagamento referente ao ano de 2016. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **4 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E CRONOGRAMA FINANCEIRO DA EMPREITADA “CASA DA MEMÓRIA DA MEDICINA SEFARDITA ANTÓNIO RIBEIRO SANCHES – PENAMACOR” – PROC. Nº MA – 10/2015. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro, uma vez que a empreitada foi adjudicada por um valor contratual superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação n.º 012/DO-P, de 26 de janeiro, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Cronograma Financeiro. -----

**PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----**

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro, apresentado pela sociedade José António Parente, Lda., referente à empreitada “Casa da Memória Sefardita António Ribeiro Sanches – Penamacor”. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Cronograma Financeiro. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

### **5 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ADICIONAL AO CONTRATO DE EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO DE PENAMACOR” – PROC. Nº NA – 20/2015. -----**

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. -----

O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a autorização para a celebração de adicional à empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma foi adjudicada por meu despacho, de 26 de novembro de 2015, pelo valor de € 149 419,01 + IVA e o valor dos trabalhos adicionais apresenta um valor de € 28 972,24 + IVA, assim o valor total da empreitada apresenta um valor de adjudicação superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente mapa de trabalhos adicionais enviado pela sociedade FGP – Engenharia Civil, Lda. e informação comprovativa da existência de fundos disponíveis. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 - Autorização para realização de despesa. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário para a prestação de caução no valor de € 1 448,61, de 5% do preço contratual (valor dos Trabalhos Adicionais). -----

3 - Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.ª Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado e com o voto de qualidade do senhor presidente, nos termos da competência prevista no nº 2 do artigo 54º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Finda a deliberação, a senhora vereadora regressou à sala de reuniões. -----

### **6 – AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ADICIONAL AO CONTRATO DE EMPREITADA “EXECUÇÃO DE FONTE DE ILUMINAÇÃO DECORATIVA E REQUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA” – PROC. Nº MD – 21/2015. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a autorização para a celebração de adicional à empreitada de obras públicas em epígrafe, uma vez que a mesma foi adjudicada por meu despacho, de 1 de dezembro de 2015, pelo valor de € 149 476,74 + IVA e o valor dos trabalhos adicionais apresenta um valor de € 12 120,46 + IVA, assim o valor total da empreitada apresenta um valor de adjudicação superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente mapa de trabalhos adicionais enviado pela sociedade FGP – Engenharia Civil, Lda. e informação comprovativa da existência de fundos disponíveis. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

- 1 - Autorização para realização de despesa. -----
- 2 - Autorização para notificar o adjudicatário de que não é exigível a prestação de caução, contudo tem de se proceder a uma retenção de 10% do valor pagamento (valor dos Trabalhos Adicionais). -----
- 3 - Determinar o envio de cópia dos elementos do processo à Sr.<sup>a</sup> Oficial Pública, para providenciar a elaboração da minuta do contrato para aprovação.
- 4 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

A proposta foi aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **7 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE JUNIOR ACHIEVEMENT PORTUGAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR.-----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Aos municípios são assacadas atribuições de diversa natureza, designadamente em matéria de educação e de promoção do desenvolvimento, conforme se prevê nas alíneas d) e m) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, assume-se como de todo o interesse para o Município de Penamacor, a celebração de um protocolo de cooperação com a Junior Achievement Portugal (Associação Aprender a Empreender - Associação de Jovens Empreendedores de Portugal). Com efeito, tomando em consideração os fins prosseguidos pela Associação e a sua atuação também no contexto da escola, é possível apreender as vantagens que tal parceria pode acarretar sobretudo para as camadas mais jovens da população do concelho. -----

Ref.<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Como tal, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a celebrar com a Junior Achievement Portugal (Associação Aprender a Empreender - Associação de Jovens Empreendedores de Portugal), o Protocolo de Cooperação cujo modelo se anexa e faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos. -----

A celebração do protocolo não pressupõe encargos diretos e determinados, podendo haver lugar a despesas indiretas com transportes e outros apoios em resultado dos compromissos assumidos em sede de cooperação, as quais serão objeto de autorização casuística de acordo com a lei”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

### **8 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA REGENERAÇÃO URBANA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – PARECER PRÉVIO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6º do DL 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto no nº 5 e no nº 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o nº 21 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 75º, sob pena da nulidade do contrato. -----

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria nº 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite a três prestadores de serviço, nomeadamente TERRISIRGA, MTD-EGENHARIA, Lda. e PROCIFISC-ENGENHARIA E CONSULTADORIA, Lda. , com vista à celebração, pelo prazo de 270 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, para prestar serviços de Elaboração do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) e Assistência Técnica. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no nº 2 do art.º 3º da Portaria 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultadoria técnica Elaboração do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) e Assistência Técnica pelo prazo de 270 dias. --  
O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3º da Portaria nº 149/2015 de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

público; -----

Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa;  
Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso. -----

Que as entidades convidadas têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de Elaboração do PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) e Assistência Técnica na modalidade de prestação de serviços de consultadoria técnica. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 47.000 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

c) Há lugar à redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, e nos nºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro uma vez que houve no ano anterior adjudicação à mesma contraparte para qualquer uma das empresas concorrentes. -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento e o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva (conforme documentos em anexo). -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **9 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR – PARECER PRÉVIO. -----**

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Resulta do disposto no artigo 6º do DL 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação e do disposto no nº 5 e no nº 12 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o nº 21 do mesmo artigo, que a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, depende de parecer prévio favorável do Órgão Executivo, relativamente à verificação dos requisitos do nº 6 do mesmo artigo 75º, sob pena da nulidade do contrato. -----



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Os trâmites e os termos do parecer prévio encontram-se regulamentados na Portaria nº 149/2015, de 26 de maio. -----

Deste modo, torna-se necessário obter parecer favorável da Câmara Municipal previamente à decisão sobre a abertura de procedimento para formação de contrato, na modalidade de ajuste direto – regime geral e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos atualizado, com convite a três prestadores de serviço, nomeadamente, PROJITAPE-PROJETOS DE ARQUITETURA, PLANEAMENTO E ENGENHARIA, LDA; FUTURE ARCHITECTURE THINKING, LDA.; MTD – ENGENHARIA, LDA. com vista à celebração, pelo prazo de 180 dias, de contrato de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica, para prestar serviços de PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO /FORTALEZA DE PENAMACOR. -----

A emissão de parecer pelo Órgão Executivo, depende da verificação dos requisitos cumulativos previstos no nº 2 do art.º 3º da Portaria 149/2015, designadamente da constatação de que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, sem prejuízo da obediência ao regime de aquisição de serviços previsto no Código dos Contratos Públicos atualizado e da verificação de que se encontrem regularizadas a situação fiscal e perante a segurança social do prestador de serviço, além da confirmação da existência de cabimento orçamental e da verificação de que os valores a pagar no âmbito do contrato a celebrar serão objeto, se for o caso, da redução remuneratória prevista no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. -----

Assim, há que ter em consideração o seguinte: -----

Está em causa um procedimento de contratação ao abrigo do Código dos Contratos Públicos atualizado, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços de consultoria técnica PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO /FORTALEZA DE PENAMACOR pelo prazo de 180 dias. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

O pedido de parecer tem de ser instruído, por força do que dispõe o nº 2 do artigo 3º da Portaria nº 149/2015 de 26 de maio, e das várias disposições para as quais remete, com os elementos que permitam determinar com rigor o seguinte: -----

Que se trata da execução de trabalho não subordinado para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; -----

Que se encontra confirmada a existência de cabimento orçamental da despesa;  
Que é dado cumprimento ao nº 1 do referido artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, por aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, ao valor a pagar pela aquisição do serviço, se for o caso. -----

Que as entidades convidadas têm regularizada as situações perante o fisco e a segurança social. -----

Assim, estando verificados os requisitos legais atrás referidos, proponho que seja deliberado emitir parecer prévio favorável à abertura de procedimento de formação de contrato e consequente celebração de contrato de prestação de serviços de PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO /FORTALEZA DE PENAMACOR na modalidade de estudos e projetos. Para o efeito, esclarece-se o seguinte: -----

a) O objeto do procedimento é pois, tecnicamente determinado e específico, e os serviços serão necessariamente executados de modo autónomo e não subordinado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo de execução, limitando-se os serviços da Câmara Municipal a fornecer algum apoio se necessário. -----

A inconveniência de recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público resulta do facto de o serviço ser excecional e pontual no sentido de não comportar regularidade ao longo dos dias e semanas de cada mês, sendo inconveniente e desproporcionado neste caso o estabelecimento de uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

b) O parecer pressupõe cabimento orçamental da despesa, a qual não deverá ultrapassar o valor total de 62.500 euros, acrescido de IVA à taxa em vigor, encontra-se assegurado e está previsto no Orçamento para 2016, como se comprova através dos documentos em anexo. Os pagamentos respeitantes ao contrato apenas serão satisfeitos pela Câmara Municipal de Penamacor existindo fundos disponíveis nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março. -----

c) No caso de a adjudicação ser feita à empresa PROJITAPE- PROJETOS DE ARQUITETURA, PLANEAMENTO E ENGENHARIA, LDA não há lugar à redução remuneratória, caso a adjudicação seja feita à empresa FUTURE ARCHITETURE THINKING, LDA. Ou à empresa MTD – ENGENHARIA, LDA. há lugar a redução remuneratória prevista no nº 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos nºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, uma vez que no ano anterior houve adjudicações à mesma contraparte . -----

d) A aquisição de serviços será feita nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos atualizado, e o procedimento para formação do contrato será o ajuste direto – regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do referido Código dos Contratos Públicos atualizado; -----

e) Não se identifica nenhuma situação de impedimento e o prestador de serviços tem regularizadas a situação fiscal e a situação contributiva (conforme documentos em anexo). -----

Mais proponho que a deliberação de dar parecer favorável seja aprovada em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

## 10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Ref.ª \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Livro: \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Folha: \_\_\_\_\_

## **CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR**

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 779.585,68 euro e uma despesa também acumulada de 706.927,97 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, \_\_\_\_\_, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Teresa Bento Ribeiro

\_\_\_\_\_  
António Luís Beites Soares